



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RURÓPOLIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADM. E
PLANEJAMENTO
e-mail : prefeitura2017@gmail.com



PARECER DO CONTROLE INTERNO
Nº 011/2021-CI

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da **RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM**, de 01 de Julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do Processo Nº **005/2021-DL/SEMSA**, referente ao Procedimento Licitatório Nº **005/2021-DL/SEMSA**, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MATERIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE RURÓPOLIS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CIPICOVID ZONA URBANA E CIPICOVID ZONA RURAL ATENDENDO A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE RURÓPOLIS-PARÁ, PARA MELHOR ATENDER A POPULAÇÃO. AFIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RURÓPOLIS-PA**, no valor global de **R\$ 728.250,61 (Setecentos e Vinte e Oito Mil, Duzentos e Cinquenta Reais e Sessenta e Um Centavos)** e o **contrato nº 005.01.2021DL-SEMSA** no valor citado acima originário do Procedimento Licitatório já identificado, que tem o objeto citado acima, celebrado pela **CONTRATANTE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RURÓPOLIS-PARÁ**, com a **CONTRATADA AUMED HOSPITALAR LTDA ME**, nos valores já identificados acima, com base nas regras insculpidas pela Lei nº. 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o Processo Licitatório, o Contrato encontram - se:

- (x) Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, Publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;
- () Revestidos parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a (s) seguinte (s) ressalva (s):
- () Com irregularidade (s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade (s) enumerada (s) a seguir :

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório e o Contrato/Termo Aditivo ou documento hábil substitutivo, supramencionados encontram- se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Rurópolis-(PA), 29 de Janeiro de 2021.

Antônio Raimundo Pereira Lima
Coordenador do Controle Interno
Decreto 020/2021